

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
 CNPJ 58.229.246/0001-10
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atual denominação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2016, a Corretora registrou um lucro líquido no montante de R\$ 71.712 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 386.635 mil e Ativos Totais de R\$ 1.000.628 mil.

Em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. operação esta concluída em 1º de julho de 2016, após a aprovação dos órgãos reguladores e cumprimento das formalidades legais. Com a conclusão do processo e com a entrada do novo acionista controlador, a Corretora passou a ser denominada de Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo, SP, 1º de fevereiro de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2016	2015		
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	536.079	1.273.087	CIRCULANTE	542.772
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	151	2.197	OUTRAS OBRIGAÇÕES	542.772
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	354.000	Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	160.142
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	354.000	Sociais e Estatutárias	11.867
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	128.644	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	15.542
Carteira Própria	128.644	-	Diversas (Nota 11b)	355.221
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	2.606		
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	-	2.606	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	71.221
OUTROS CRÉDITOS	407.284	913.601	OUTRAS OBRIGAÇÕES	71.221
Rendas a Receber	2.316	2.920	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	62.588
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	352.893	793.384	Diversas (Nota 11b)	8.633
Diversos (Nota 9)	52.075	117.297		
OUTROS VALORES E BENS	-	683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 12)	386.635
Despesas Antecipadas	-	683	Capital Social - De Domiciliados no País	217.743
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	464.297	359.912	Reservas de Capital	2.640
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	336.159	235.534	Reservas de Lucros	166.558
Carteira Própria	315.482	2.258	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(306)
Vinculados à Prestação de Garantias	20.677	233.276		
OUTROS CRÉDITOS	128.138	124.378		
Diversos (Nota 9)	128.138	124.378		
PERMANENTE	252	40		
Investimentos - Outros investimentos	-	1		
IMOBILIZADO DE USO	247	39		
Outras Imobilizações de Uso	337	176		
Depreciações Acumuladas	(90)	(137)		
INTANGÍVEL	4	-		
Ativos Intangíveis	4	-		
TOTAL	1.000.628	1.633.039	TOTAL	1.000.628

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	
	2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.511	79.795	75.053
Operações de Crédito	606	1.389	1.338
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	35.905	78.406	73.715
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.511	79.795	75.053
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	6.978	31.715	49.900
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	16.490	48.654	78.154
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(9.781)	(26.141)	(36.813)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(5.140)	(12.136)	(11.186)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(4.652)	(9.681)	(12.830)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	13.958	37.574	43.278
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.897)	(6.555)	(10.703)
RESULTADO OPERACIONAL	43.489	111.510	124.953
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(29)	(1.252)	(2.798)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	43.460	110.258	122.155
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	(8.326)	(38.544)	(45.727)
Corrente	(3.333)	(29.504)	(48.675)
Diferido	(4.993)	(9.040)	2.948
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-	(2)	(552)
LUCRO LÍQUIDO	35.134	71.712	75.876
Lote de mil ações de capital	181.238	181.238	181.238
Lucro por lote de mil ações em R\$	193,86	395,68	418,65

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atuando, principalmente, na intermediação de títulos e valores mobiliários (inclusive moedas estrangeiras), administração de carteiras, fundos de investimentos e operações de crédito na modalidade de financiamentos a pessoas físicas destinadas a aquisição de ações.

Em 08 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BCEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Corretora integrou o Grupo HSBC no Brasil até 01 de julho de 2016, e a partir desta data, passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sobre as diretrizes do novo controlador.

No dia 01 de julho de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 07 de outubro de 2016, foram firmados 2 contratos de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Kirton CTVM com a Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM) e a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco CTVM), que adquiriram parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acervo líquido abaixo mencionado:

	Ágora CTVM	Bradesco CTVM
Ativos		
Disponibilidades	48.736	549
Passivos		
Negociação e intermediação de valores	48.736	-
Obrigações diversas - despesas de pessoal	-	549
Contas de compensação		
Custódia de valores	3.629	1.700
Depositários em valores em custódia	1.717	1.700
Valores em garantia	1.912	-
Negociação e intermediação de valores	25.970.185	25.722.062
Contratos mercado futuro não ligados	25.919.021	25.671.387
Depósito de margem de clientes	51.164	50.675

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BCEN").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Corretora aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Casos recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas: Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e sistema de segurança e comunicação - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

b) Classificação por categoria e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2016			2015					
	Vencimento			Vencimento					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)									
Letras financeiras	-	-	570	-	570	-	-	-	-
Debêntures	-	2.306	-	-	2.306	-	-	-	-
Letra do tesouro nacional	111.743	-	-	-	111.743	111.743	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	9.782	4.243	336.159	350.184	349.878	306	235.534	(87)
Total em 2016	111.743	12.088	4.813	336.159	464.803	464.497	306	235.534	(87)
Total em 2015	35.445	-	-	200.089	-	-	306	235.534	(87)
Efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Efeito líquido no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	306	-	(48)

(1) Efeitos em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Corretora possuía R\$ 196.486 mil, aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco; e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	39.758	45.564
Títulos de renda fixa	33.059	28.151
Aplicação em fundos de investimentos	5.589	-
Total	78.406	73.715

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados
Eventos						
Saldos em 30.6.2016	217.743	2.640	43.549	121.681	(127)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(179)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	35.134
Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	2.486	(1.158)	-	(1.328)
- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(11.806)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(22.000)
Saldos em 31.12.2016	217.743	2.640	46.035	120.523	(306)	-
Saldos em 31.12.2014	217.743	20.349	43.549	10.487	(81)	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	-	-	33	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(17.709)	-	-	-	17.709
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	75.876
Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	-	74.616	-	(74.616)
- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(10.969)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(8.000)
Saldos em 31.12.2015	217.743	2.640	43.549	85.103	(48)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(258)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	71.712
Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	2.486	35.420	-	(37.906)
- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(11.806)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(22.000)
Saldos em 31.12.2016	217.743	2.640	46.035	120.523	(306)	-

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
 CNPJ 58.229.246/0001-10
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição de negociação e intermediação de valores está apresentada conforme segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2016	2015	2016	2015
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	352.893	93.214	160.142	994.145
Caixa de registro e liquidação	-	103.090	-	116.073
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	597.080	-	-
Comissões e corretagem a pagar	-	-	-	113
Total	352.893	793.384	160.142	1.110.331

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia	112.358	104.273
Créditos tributários (Nota 20c)	18.993	28.071
Valores a receber de sociedades ligadas	38.932	101.501
Impostos e contribuições a compensar	9.410	7.434
Outros	520	396
Total	180.213	241.675

10) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recurso, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Corretora vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- Contribuição Social - Diferença de alíquota - Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torna-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, envolvendo o montante de R\$ 41.332 mil (2015 - R\$ 38.860 mil).
- Imposto de Renda - Lei nº 8.200/91 - Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, envolvendo provisão de R\$ 11.191 mil (2015 - R\$ 10.926 mil).

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais
Início do exercício de 2016	2.212	69.369
Constituições líquidas de reversões	1.714	(6.781)
No final do exercício de 2016 (Nota 11)	3.926	62.588

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Corretora mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica, que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação do risco destes processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmutualização da Bovespa e BM&F, no montante de R\$ 73.816 mil (2015 - R\$ 68.420 mil); b) Autuação fiscal para exigência de IRPJ decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária no montante de R\$ 51.042 mil (2015 - R\$ 49.352 mil); c) Autuações e glosas de compensação de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 11.470 mil (2015 - R\$ 10.375 mil).

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 10b)	62.588	69.369
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	14.484	26.721
Impostos e contribuições a recolher	1.058	1.953
Total	78.130	98.043

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	6.052	20.451
Provisão para passivos contingentes (Nota 10b)	3.926	2.212
Valores a pagar à sociedades ligadas (1)	352.893	40.770
Outros	983	599
Total	363.854	64.032

(1) Referem-se substancialmente a operações de câmbio (troca de moeda) realizadas com o Controlador, por conta das operações de custódia com investidores estrangeiros realizadas pela Corretora.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.743 mil (2015 - R\$ 217.743 mil) dividido em 181.237.792 (2015 - 181.237.792) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. O dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo, é de 25% sobre o lucro líquido.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	166.558	128.652
- Reserva legal (1)	46.035	43.549
- Reserva estatutária (2)	120.523	85.103

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinadas as reservas, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	71.712	75.876
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(2.486)	-
Base de cálculo	69.226	75.876
Juros sobre o capital próprio	22.900	8.000
Imposto de renda retido na fonte	(3.300)	(1.200)
Valor líquido a pagar	18.700	6.800
Dividendos propostos	11.806	10.969
Percentual em relação a base de cálculo	44,1%	23,4%
Valor em Reais por lote de mil ações	166,3	98,0

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de corretagens	25.929	43.419
Serviços de custódia	17.137	21.382
Serviços prestados a ligadas	562	1.070
Administração de fundos de investimento	230	468
Comissões de colocação de títulos	2	6.568
Tarifas bancárias	4.665	4.783
Outros serviços	129	464
Total	48.654	78.154

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	17.753	25.646
Encargos sociais	5.951	9.384
Benefícios	2.111	1.701
Treinamento	7	82
Outros	319	-
Total	26.141	36.813

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Processamento de dados	3.046	1.861
Serviços do sistema financeiro	1.258	1.053
Serviços de terceiros	2.796	2.734
Serviços técnicos especializados	2.248	1.549
Contribuições filantrópicas	732	791
Aluguéis	547	955
Comunicações	152	128
Transportes e viagens	104	361
Despesas de publicações	194	110
Material	52	105
Água, energia e gás	48	79
Depreciação e amortização	24	10
Manutenção e conservação de bens	7	82
Outras despesas administrativas	928	1.348
Total	12.136	11.186

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	4.471	5.328
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	2.413	3.879
Contribuição ao PIS	1.195	1.909
Outras	1.602	1.714
Total	9.681	12.830

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 ("Nova denominação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.")
 São Paulo - SP

Opinão
 Examinamos as demonstrações contábeis do Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitu relatório datado de 21 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisões operacionais	18.225	6.274
Atualização de depósitos judiciais	7.762	7.162
Atualização dos créditos tributários	6.015	357
Atualização de recuperação PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	2.614	-
Ganhos operacionais - ações	2.411	2.996
Recuperação de encargos e despesas	11	269
Reversão de provisões operacionais - outros	-	25.248
Outras	536	972
Total	37.574	43.278

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualização monetária de imposto de renda e contribuição social	3.084	2.681
Perdas operacionais	2.787	3.014
Impostos e contribuições sobre o lucro	192	175
Atualização da contribuição do expurgo inflacionário - IRPJ	-	286
Baixa de impostos a recuperar	-	4.035
Outras	492	512
Total	6.555	10.703

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e outras partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador	Outras partes relacionadas	2016	2015
Ativos				
Disponibilidades	151	2.197	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	354.000
Negociação e intermediação de valores	-	-	313.961	-
Outros ativos	-	-	38.932	-
Passivos				
Dividendos a pagar	11.807	-	-	10.959
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	352.893	-
Outros passivos	-	-	-	550

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil		Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador	Outras partes relacionadas	2016	2015
Recargas de intermediação financeira	-	-	39.758	-
Despesas de intermediação financeira	-	-	-	(46.090)
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	(22.108)	(76)

(1) Os montantes contabilizados no Fundo Tellus e Orion foram transferidos para o Banco Bradesco S.A. no exercício de 2016.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

c) Pagamento baseado em ações

Após a consolidação da venda das operações do HSBC Brasil para o Banco Bradesco S.A. em 1º de julho de 2016, a Kirton CTVM passou a seguir as diretrizes da Organização Bradesco, onde cindiu parte de suas operações às empresas Ágora CTVM e Bradesco CTVM em outubro de 2016. Diante disso, a Corretora não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração. Com relação aos beneficiários que possuíam este direito, a Instituição manterá os pagamentos até o fim da vigência.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	110.256	121.603
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas (1)	(49.615)	(51.108)
Exclusões/(adições) permanentes	8.982	4.201
Contribuições e doações	(361)	(374)
Juros sobre capital próprio	9.900	3.200
Atual		

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atual denominação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2016, a Corretora registrou um lucro líquido no montante de R\$ 71.712 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 386.635 mil e Ativos Totais de R\$ 1.000.628 mil.

Em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. operação esta concluída em 1º de julho de 2016, após a aprovação dos órgãos reguladores e cumprimento das formalidades legais. Com a conclusão do processo e com a entrada do novo acionista controlador, a Corretora passou a ser denominada de Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo, SP, 1º de fevereiro de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	536.079	1.273.087	CIRCULANTE	542.772	1.205.525
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	151	2.197	OUTRAS OBRIGAÇÕES	542.772	1.205.525
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	354.000	Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	180.142	1.110.331
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	354.000	Sociais e Estatutárias	11.867	11.646
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	128.644	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	15.542	28.674
Carteira Própria	128.644	-	Diversas (Nota 11b)	355.221	54.874
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	2.606			
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	-	2.606	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	71.221	78.527
OUTROS CRÉDITOS	407.284	913.601	OUTRAS OBRIGAÇÕES	71.221	78.527
Rendas a Receber	2.316	2.920	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	62.588	69.369
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	352.893	793.384	Diversas (Nota 11b)	8.633	9.158
Diversos (Nota 9)	52.075	117.297			
OUTROS VALORES E BENS	-	683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 12)	386.635	348.987
Despesas Antecipadas	-	683	Capital Social - De Domiciliados no País	217.743	217.743
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	464.297	359.912	Reservas de Capital	2.640	2.640
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	336.159	235.534	Reservas de Lucros	166.558	128.652
Carteira Própria	315.482	2.258	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(306)	(48)
Vinculados à Prestação de Garantias	20.677	233.276			
OUTROS CRÉDITOS	128.138	124.378			
Diversos (Nota 9)	128.138	124.378			
PERMANENTE	252	40			
Investimentos - Outros investimentos	1	1			
IMOBILIZADO DE USO	247	39			
Outras Imobilizações de Uso	337	176			
Depreciações Acumuladas	(90)	(137)			
INTANGÍVEL	4	-			
Ativos Intangíveis	4	-			
TOTAL	1.000.628	1.633.039	TOTAL	1.000.628	1.633.039

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais	
		2016	2015			Legal	Estatutária				Próprias
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	36.511	79.795	75.053	Saldos em 30.6.2016	217.743	2.640	43.549	121.681	(127)	-	385.486
Operações de Crédito	606	1.389	1.338	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(179)	-	(179)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	35.905	78.406	73.715	Lucro Líquido	-	-	-	-	-	35.134	35.134
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	36.511	79.795	75.053	Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	2.486	(1.158)	-	(1.328)	-
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	6.978	31.715	49.900	- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(11.806)	(11.806)
Recitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	16.490	48.654	78.154	- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(9.781)	(26.141)	(36.813)	Saldos em 31.12.2016	217.743	2.640	46.035	120.523	(306)	-	386.635
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(5.140)	(12.136)	(11.186)	Saldos em 31.12.2014	217.743	20.349	43.549	10.487	(81)	-	292.047
Despesas Tributárias (Nota 16)	(4.652)	(9.681)	(12.830)	Atualização de Títulos	-	-	-	-	33	-	33
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	13.958	37.574	43.278	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(17.709)	-	-	-	17.709	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.897)	(6.555)	(10.703)	Lucro Líquido	-	-	-	-	-	75.876	75.876
RESULTADO OPERACIONAL	43.489	111.510	124.953	Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	-	74.616	-	(74.616)	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(29)	(1.252)	(2.798)	- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(10.969)	(10.969)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	43.460	110.258	122.155	- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	(8.326)	(38.544)	(45.727)	Saldos em 31.12.2015	217.743	2.640	43.549	85.103	(48)	-	348.987
Corrente	(3.333)	(29.504)	(48.675)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(258)	-	(258)
Diferido	(4.993)	(9.040)	(2.705)	Lucro Líquido	-	-	-	-	-	71.712	71.712
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-	(2)	(552)	Destinações: - Reservas de Lucros (Nota 12)	-	-	2.486	35.420	-	(37.906)	-
LUCRO LÍQUIDO	35.134	71.712	75.876	- Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(11.806)	(11.806)
Lote de mil ações do capital	181.238	181.238	181.238	- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Lucro por lote de mil ações em R\$	193,86	395,68	418,65	Saldos em 31.12.2016	217.743	2.640	46.035	120.523	(306)	-	386.635

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atuando, principalmente, na intermediação de títulos e valores mobiliários (inclusive moedas estrangeiras), administração de carteiras, fundos de investimentos e operações de crédito na modalidade de financiamentos a pessoas físicas destinadas a aquisição de ações.

Em 08 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Corretora integrou o Grupo HSBC no Brasil até 01 de julho de 2016, e a partir desta data, passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sobre as diretrizes do novo controlador.

No dia 01 de julho de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 07 de outubro de 2016, foram firmados 2 contratos de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Kirton CTVM com a Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM) e a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco CTVM), que adquiriram parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acervo líquido abaixo mencionado:

	Ágora CTVM	Bradesco CTVM
Ativos		
Disponibilidades	48.736	549
Passivos		
Negociação e intermediação de valores	48.736	-
Obrigações diversas - despesas de pessoal	-	549
Contas de compensação		
Custódia de valores	3.629	1.700
Depositários em valores em custódia	1.717	1.700
Valores em garantia	1.912	-
Negociação e intermediação de valores	25.970.185	25.722.062
Contratos mercado futuro não ligados	25.919.021	25.671.387
Depósito de margem de clientes	51.164	50.675

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Corretora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e

Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e sistema de segurança e comunicação - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.	3
CESP-COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	18
COM. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ	8
EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO	30
JAPIRA HOLDINGS S.A.	16
KIRTON CORRETORA DE TÍT E VALS MOBILIÁRIOS S.A.	33
MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TÍT E VALS MOBILIÁRIOS	36



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	151	2.197
Total de disponibilidades (caixa)	151	2.197
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	354.000
Total caixa e equivalentes de caixa	151	356.197

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2016			2015		
	Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias			
Letras financeiras	-	-	570	-	570	-
Debêntures	-	2.306	-	-	2.306	-
Letra do tesouro nacional	111.743	-	-	-	111.743	-
Letras financeiras do tesouro	-	9.782	4.243	336.159	350.184	349.878
Total em 2016	111.743	12.088	4.813	336.159	464.803	464.497
Total em 2015	35.445	-	-	200.089	-	-
Efeitos tributários	-	-	-	-	-	-
Efeito líquido no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	306

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Corretora possuía R\$ 196.486 mil, aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco, e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	39.758	45.564
Títulos de renda fixa	33.059	28.151
Aplicação em fundos de investimentos	5.589	-
Total	78.406	73.715

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora não possuía operações de créditos. Em 31 de dezembro de 2015, a Corretora possuía créditos concedidos na modalidade de financiamentos para compra de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 2.606 mil, classificados na rubrica "Setor privado - Financiamento de ações", com parcelas vencidas até 90 dias. Para estas operações o montante de garantias recebidas era de R\$ 11.565 mil, em observância à Resolução CMN nº 1.133/86, que estabelece o percentual mínimo de 140% de garantia do valor financiado.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição de negociação e intermediação de valores está apresentada conforme segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2016	2015	2016	2015
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	352.893	93.214	160.142	994.145
Caixa de registro e liquidação	-	103.090	-	116.073
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	597.080	-	-
Comissões e corretagem a pagar	-	-	-	113
Total	352.893	793.384	160.142	1.110.331

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia	112.358	104.273
Créditos tributários (Nota 20c)	18.993	28.071
Valores a receber de sociedades ligadas	38.932	101.501
Impostos e contribuições a compensar	9.410	7.434
Outros	520	396
Total	180.213	241.675

10) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Corretora vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- Contribuição Social - Diferença de alíquota - Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torna-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, envolvendo o montante de R\$ 41.332 mil (2015 - R\$ 38.860 mil).
- Imposto de Renda - Lei nº 8.200/91 - Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, envolvendo provisão de R\$ 11.191 mil (2015 - R\$ 10.926 mil).

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais
Início do exercício de 2016	2.212	69.369
Constituições líquidas de reversões	1.714	(6.781)
No final do exercício de 2016 (Nota 11)	3.926	62.588

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Corretora mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica, que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação do risco destes processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSSL, PIS e Cofins em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmutualização da Bovespa e BM&F, no montante de R\$ 73.816 mil (2015 - R\$ 68.420 mil); b) Autuação fiscal para exigência de IRPJ decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária no montante de R\$ 51.042 mil (2015 - R\$ 49.352 mil); c) Autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 11.470 mil (2015 - R\$ 10.375 mil).

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 10b)	62.588	69.369
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	14.484	26.721
Impostos e contribuições a recolher	1.058	1.953
Total	78.130	98.043

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	6.052	20.451
Provisão para passivos contingentes (Nota 10b)	3.926	2.212
Valores a pagar à sociedades ligadas (1)	352.893	40.770
Outros	983	599
Total	363.854	64.032

(1) Referem-se substancialmente a operações de câmbio (troca de moeda) realizadas com o Controlador, por conta das operações de custódia com investidores estrangeiros realizados pela Corretora.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.743 mil (2015 - R\$ 217.743 mil) dividido em 181.237.792 (2015 - 181.237.792) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. O dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo, é de 25% sobre o lucro líquido.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	166.558	128.652
- Reserva legal (1)	46.035	43.549
- Reserva estatutária (2)	120.523	85.103

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2016 não há valores referente a aplicações interfinanceiras de liquidez. Em 31 de dezembro de 2015 o valor foi de R\$ 354.000 mil, com vencimento até 30 dias e referiam-se à aplicações em depósitos interfinanceiros. As receitas, no valor de R\$ 39.758 mil (2015 - R\$ 45.564 mil), estão classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	247.640	2.258
Cotas de fundos de Investimentos	196.486	-
Vinculados a prestação de garantias		
Letras financeiras do tesouro	20.677	233.276
Total	464.803	235.534

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de corretagens	25.929	43.419
Serviços de custódia	17.137	21.382
Serviços prestados a ligadas	562	1.070
Administração de fundos de investimento	230	468
Comissões de colocação de títulos	2	6.568
Tarifas bancárias	4.665	4.783
Outros serviços	129	464
Total	48.654	78.154

O cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	71.712	75.876
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(2.486)	-
Base de cálculo	69.226	75.876
Juros sobre o capital próprio	22.000	8.000
Imposto de renda retido na fonte	(3.300)	(1.200)
Valor líquido a pagar	16.700	6.800
Dividendos propostos	11.806	10.969
Percentual em relação a base de cálculo	44,1%	23,4%
Valor em Reais por lote de mil ações	168,3	98,0

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	17.753	25.646
Encargos sociais	5.951	9.384
Benefícios	2.111	1.701
Treinamento	7	82
Outros	319	7
Total	26.141	36.813

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Processamento de dados	3.046	1.861
Serviços do sistema financeiro	1.258	1.053
Serviços de terceiros	2.796	2.734
Serviços técnicos especializados	2.248	1.549
Contribuições filantrópicas	732	791
Aluguéis	547	955
Comunicações	152	128
Transportes e viagens	104	381
Despesas de publicações	194	110
Material	52	105
Água, energia e gás	48	79
Depreciação e amortização	24	10
Manutenção e conservação de bens	7	82
Outras despesas administrativas	928	1.348
Total	12.136	11.186

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	4.471	5.328
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	2.413	3.879
Contribuição ao PIS	1.195	1.909
Outras	1.602	1.714
Total	9.681	12.830

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisões operacionais	18.225	6.274
Atualização de depósitos judiciais	7.762	7.162
Atualização dos créditos tributários	6.015	357
Atualização de recuperação PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	2.614	-
Ganhos operacionais - ações	2.411	2.996
Recuperação de encargos e despesas	11	269
Reversão de provisões operacionais - outros	-	25.248
Outras	536	972
Total	37.574	43.278

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualização monetária de imposto de renda e contribuição social	3.084	2.681
Perdas operacionais	2.787	3.014
Impostos e contribuições sobre o lucro	192	175
Atualização da contribuição do expurgo inflacionário - IRPJ	-	286
Baixa de impostos a recuperar	-	4.035
Outras	492	512
Total	6.555	10.703

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e outras partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Outras partes relacionadas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Disponibilidades	151	2.197	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	354.000
Negociação e intermediação de valores	-	-	313.961	-
Outros ativos	-	-	38.932	-
Passivos				
Dividendos a pagar	11.807	-	-	10.959
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	352.893	-
Outros passivos	-	-	-	550

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para seu pessoal-chave da Administração. Com relação aos beneficiários que possuíam este direito, a Instituição manterá os pagamentos até o fim da vigência.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	110.256	121.603
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas (1)	(49.615)	(51.108)
Exclusões/(adições) permanentes	8.982	4.201
Contribuições e doações	(361)	(374)
Juros sobre capital próprio	9.900	3.200
Atualização monetária da reversão de provisão IR expurgo inflacionário	-	2.427
Outras	(557)	(1.052)
Outros ajustes	2.089	1.180
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda	897	823
Efeito tributário - aumento da alíquota da CSLL - diferido	1.116	1.147
Outras	76	(790)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	(38.544)	(45.727)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15 liquidado do passivo diferido.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(29.504)	(48.675)
Impostos diferidos		
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	(9.040)	2.948
Total	(38.544)	(45.727)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Realização		Saldo em	
	31.12.2015	Constituição	Realização	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo						
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e civis	19.285	4.802	(6.926)	17.161		
Gratificações e participações no resultado	6.331	174	(6.058)	437		
Provisão para honorários advocatícios	1.806	107	(1.677)	236		
Outros	609	568	(18)	1.159		
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	28.031	5.651	(14.689)	18.993		
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	42	-	(42)	-		
Total dos créditos tributários ativos	28.073	5.651	(14.731)	18.993		
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo						
Títulos patrimoniais - Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(2)	-	2	-		
Total dos créditos tributários passivos	(2)	-	2	-		
Créditos tributários líquidos (nota 9)	28.071	5.651	(14.729)	18.993		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

("Nova denominação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.")

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 21 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Ano	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016	-	-	-
2017	2.347	1.600	3.947
2018	2.419	1.833	4.252
2019	2.419	1.834	4.253
2020	2.020	1.403	3.423
2021	1.949	1.169	3.118
Total	11.154	7.839	18.993

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 12,39% à 12,88% a.a., líquida dos efeitos tributários é de R\$ 13.021 mil.

e) Créditos tributários não ativados

A Corretora não possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Valdeci Prestes - Contador CRC PR-037174/O-8 S-SP

na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 30 de março de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Portal de Negócios

Busca gratuita de todo o acervo do Diário Oficial desde 1891. Mais transparência à administração pública.

Conheça os serviços e produtos eletrônicos da Imprensa Oficial:

- ✓ DO.busca
- ✓ e-juntacomercial
- ✓ DO.informa
- ✓ e-negociosinforma
- ✓ e-negociospublicos
- ✓ Certificação Digital

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

The screenshot displays the homepage of the Imprensa Oficial website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Portal do Governo', 'Cidade SP', 'Investe SP', and 'Desloquers'. Below this, the main header features the 'imprensaoficial' logo and a search bar. The central area is divided into several sections: 'Diário Oficial' with a search box for 'busca por palavra' and 'busca por edição'; 'Concurso de Remoção Quadro de Apoio Escolar'; 'Educação Cadastro Emergencial de Docentes'; and 'Notificação IPVA Final de Placa'. There are also sections for 'negócios públicos', 'consulta de balanços', and 'consulta de leis e decretos'. The footer contains contact information and social media links.



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 61
São Paulo, sexta-feira, 31 de março de 2017 **Página 35**

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO